

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. **Interesses difusos em espécie**: direito ambiental, direito do consumidor, probidade administrativa. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. **Interesses difusos em espécie**: direito ambiental, direito do consumidor, probidade administrativa. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 351 p. ----  
*Localização: 342.72/.73(81) / So89i / 3.ed*

## **Título I — Direito Ambiental**

Capítulo I — Breve histórico .....	13
Capítulo II — Direito brasileiro .....	15
Capítulo III — Conceito de meio ambiente.....	19
1. Ecologia e meio ambiente.....	19
2. Elementos formadores do conceito legal de meio ambiente .....	21
3. Meio ambiente do trabalho .....	23
Capítulo IV — Desenvolvimento sustentável e meio ambiente...	25
Capítulo V — Degradação da qualidade ambiental e poluição. Poluidor .....	28
Capítulo VI — Constituição Federal e meio ambiente .....	30
1. Dispositivos constitucionais que se relacionam com o meio ambiente .....	30
2. O art. 225 da Constituição Federal de 1988 .....	31
2.1. Meio ambiente: direito ou dever social? .....	31
2.2. Objetivos da norma constitucional .....	34
2.3. Princípio da participação popular.....	36
2.4. Princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal. ....	37
2.4.1. Preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais e promoção do manejo ecológico das espécies e ecossistemas .....	37
2.4.2. Preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético brasileiro e fiscalização das entidades destinadas à pesquisa e manipulação de material genético .....	38

2.4.3. Espaços territoriais especialmente protegidos e unidades de conservação .....	39
2.4.4. Estudo prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) .....	47
2.4.5. Controle da produção, comercialização e utilização de técnicas, métodos e substâncias nocivas à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente .....	56
2.4.6. Educação ambiental .....	56
2.5. Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)...	57
2.6. Princípio do poluidor-pagador .....	58
2.7. Patrimônios nacionais .....	59
2.8. As terras devolutas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.....	61
2.9. Controle das usinas nucleares .....	62
Capítulo VII — Licenciamento ambiental.....	63
1. Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental .....	63
2. Natureza jurídica do licenciamento ambiental .....	65
3. Etapas do licenciamento ambiental. Espécies de licença .	65
4. Competência para o licenciamento ambiental .....	70
Capítulo VIII — Responsabilidade civil e o direito ambiental ....	71
1. Princípios da prevenção e da precaução .....	71
2. Formas de composição do dano ambiental.....	73
3. Responsabilidade civil do causador do dano .....	74
3.1. Caso fortuito, força maior e fato de terceiro .....	78
3.2. Responsabilidade civil ambiental do Poder Público ..	80
3.3. Solidariedade no dever de reparação do dano .....	82
3.4. Desconsideração da personalidade jurídica .....	84
Capítulo IX — Responsabilidade penal do poluidor .....	87
Capítulo X — Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)..	93
Capítulo XI — Iniciativa legislativa .....	96
Capítulo XII — Meio ambiente cultural.....	99
1. Introdução e conceito .....	99



2. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural .....	101
3. Tombamento .....	102
3.1. Origem, conceito e finalidade.....	102
3.2. Natureza jurídica .....	103
3.3. Bens passíveis de tombamento .....	105
3.4. Disciplina legislativa e espécies de tombamento ....	105
3.5. Procedimento compulsório de tombamento .....	107
3.6. Tombamento de bens públicos .....	108
3.7. Efeitos do tombamento.....	109
3.8. Áreas envoltórias (ou de entorno) .....	111
3.9. Alienação dos bens tombados e direito de preferência .....	111
3.10. Tombamento judicial .....	113
3.11. Tutela jurisdicional de bens não tombados.....	114
3.12. Destombamento.....	115
3.13. Tombamento e indenização .....	117
4. A proteção dos bens imateriais culturalmente relevantes ..	119
5. Iniciativa legislativa .....	120
6. Responsabilidade civil e penal por danos ao patrimônio cultural .....	121

## **Título II — Probidade Administrativa**

Capítulo I — Conceito de patrimônio público.....	125
Capítulo II — Conceito de administração pública.....	127
Capítulo III — Princípios inerentes à administração pública ....	129
Capítulo IV — Mecanismos de controle da administração pública .....	133
1. Controle interno.....	133
2. Controle pelo Legislativo.....	133
3. Controle judicial .....	134
Capítulo V — Da improbidade administrativa .....	136
Capítulo VI — A Lei federal n. 8.429/92.....	138
1. Sujeitos passivos do ato de improbidade .....	138
2. Sujeitos ativos .....	141

2.1. A Lei n. 8.429/92 e os atos judiciais e legislativos..	143
2.2. Improbidade administrativa e crime de responsabilidade do Presidente da República .....	144
2.3. Responsabilidade do terceiro pelo ato de improbidade .....	146
3. Responsabilidade civil do causador da lesão.....	148
4. Modalidades dos atos de improbidade administrativa.....	150
4.1. Atos que importem em enriquecimento ilícito.....	152
4.2. Atos que causem lesão ao erário .....	159
4.3. Atos que atentem contra os princípios da administração pública .....	163
5. Sanções decorrentes da prática do ato de improbidade ...	166
5.1. Espécies e incidência.....	166
5.2. Efetividade.....	172
5.3. Dosimetria das sanções .....	173
6. Procedimento administrativo para a apuração do ato de improbidade .....	174
7. Instrumentos processuais de defesa do patrimônio público .....	176
7.1. Ação Civil Pública e Ação Popular .....	176
7.2. Princípios processuais específicos da Lei n. 8.429/92	178
7.2.1. Indisponibilidade dos bens do agente .....	178
7.2.2. Legitimados ativos .....	180
7.2.3. Rito processual.....	182
7.2.4. Impossibilidade de transação .....	182
7.2.5. Intervenção do órgão público lesado e do Ministério Público.....	184
7.2.6. Destinação das verbas apuradas na ação por ato de improbidade.....	187
7.2.7. Afastamento cautelar do agente público .....	188
7.2.8. Prescrição da ação .....	189
8. A ação por ato de improbidade e a aprovação das contas públicas .....	191

### **Título III — Direito do Consumidor**

Capítulo I — Introdução .....	193
-------------------------------	-----



Capítulo II — O direito do consumidor na Constituição Federal .	196
Capítulo III — A relação de consumo .....	200
1. Conceito legal de consumidor.....	200
2. Elementos que integram o conceito de consumidor .....	201
2.1. Elemento subjetivo .....	202
2.1.1. Interesses difusos .....	202
2.1.2. Interesses coletivos.....	205
2.1.3. Interesses individuais homogêneos .....	208
2.1.4. O consumidor individual.....	211
2.2. Elemento objetivo.....	212
2.3. Elemento finalístico .....	217
3. Conceito de fornecedor.....	223
Capítulo IV — Política Nacional das Relações de Consumo ....	225
Capítulo V — Direitos básicos do consumidor.....	228
1. Fontes do direito do consumidor .....	228
2. Direitos assegurados pelo art. 6º do CDC.....	229
2.1. Direito à informação.....	230
2.2. Direito à saúde e à segurança .....	231
2.3. Direito ao equilíbrio contratual .....	235
2.4. Direito à integral reparação dos danos .....	240
2.5. Direitos processuais e a inversão do ônus da prova	241
Capítulo VI — Do fato e do vício do produto e do serviço .....	251
Capítulo VII — Responsabilidade civil pelo fato do produto ou do serviço.....	254
1. Espécies de defeito .....	254
2. A segurança e o fato do produto .....	256
3. Forma de responsabilidade civil por fato do produto ou do serviço.....	258
4. Responsabilidade civil dos profissionais liberais .....	259
5. A solidariedade no dever de reparar o dano .....	262
6. A responsabilidade subsidiária do comerciante pelo fato do produto.....	262
7. Causas de exclusão da responsabilidade civil.....	266
8. As vítimas do evento lesivo .....	269

Capítulo VIII — Responsabilidade civil pelo vício do produto ou do serviço.....	271
1. Responsabilidade civil por vício.....	271
2. Espécies de vício.....	272
2.1. Vício de qualidade.....	273
2.2. Vício de quantidade.....	277
2.3. Vício de disparidade.....	278
3. Serviços de manutenção, revisão ou reparo dos produtos .	279
4. Serviços públicos.....	280
5. Garantia legal.....	284
Capítulo IX — Decadência e prescrição.....	285
Capítulo X — Desconsideração da personalidade jurídica.....	292
Capítulo XI — Práticas comerciais.....	296
1. Introdução.....	296
2. Da oferta de produtos e serviços.....	297
3. Da publicidade.....	302
4. Das práticas abusivas.....	307
5. Da cobrança de dívidas.....	310
6. Dos bancos de dados e cadastros dos consumidores.....	312
7. Do cadastro de fornecedores contra os quais constem reclamações.....	314
Capítulo XII — Princípios da proteção contratual.....	316
1. Introdução.....	316
2. Princípio da transparência.....	317
3. A interpretação dos contratos de consumo.....	320
4. O valor jurídico das declarações de vontade do fornecedor	321
5. O direito de arrependimento.....	322
6. A garantia contratual.....	324
7. As cláusulas contratuais abusivas.....	325
8. Os contratos de adesão.....	336
Capítulo XIII — Sanções administrativas.....	339
Capítulo XIV — Sistema Nacional de Defesa do Consumidor...	342
Capítulo XV — Convenção coletiva de consumo.....	343